

CONV 401/02**WG X 12****NOTA**

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Grupo X)
Assunto:	Síntese da reunião de 8 de Novembro de 2002

O Grupo reuniu-se pela quinta vez a 8 de Novembro de 2002 (à tarde) sob a presidência de John Bruton, membro do Praesidium. A lista dos participantes consta do anexo à presente nota.

O Grupo procedeu a um debate aprofundado sobre o WD 5, apresentado pelo Presidente, que contém eventuais tópicos e elementos para o relatório final do Grupo.

Desse debate emanaram, entre outras, as seguintes tendências gerais:

- A grande maioria dos oradores saudou a perspectiva da eliminação da actual estrutura em pilares e da integração do espaço de liberdade, de segurança e de justiça num quadro jurídico comum. Embora se tenha reconhecido que tal não excluiria a existência de regras processuais específicas para determinados aspectos actualmente abrangidos pelo "Terceiro Pilar", alguns membros consideraram necessário ponderar cuidadosamente a pertinência dessas regras e limitá-las ao mínimo indispensável.
- No que se refere ao asilo, um certo número de intervenientes apoiou as sugestões, constantes do referido documento, no sentido de se reformular o artigo 63.º do TCE, de se avançar para a co-decisão e para a votação por maioria qualificada e de se consagrar um princípio geral de partilha dos encargos aplicável tanto à política de asilo como à política de imigração e de controlo das fronteiras.

- Considerou-se que o actual Tratado define com o grau de ambição correcto o campo de acção para a política de imigração, mas foi também colocada a questão da passagem para a votação por maioria qualificada e para a co-decisão, designadamente em matéria de combate à imigração ilegal.
- Diversos membros aludiram à necessidade de uma base jurídica que permita a instituição progressiva de um sistema integrado de controlo das fronteiras externas da União.
- Foi globalmente reconhecida a pertinência da reforma dos instrumentos jurídicos do actual "Terceiro Pilar", tendo-se registado um amplo apoio à eliminação do instrumento "convenção" e à substituição das decisões-quadro e das decisões (conforme definidas no artigo 34.º do TUE) por regulamentos e directivas (ou respectivos sucessores).
- Foi veementemente preconizada uma definição mais clara do alcance da legislação da União no que toca à aproximação das legislações em matéria penal. Mais concretamente, foi dado amplo apoio à sugestão de consagrar determinados critérios que definam de forma mais concreta a subsidiariedade neste domínio. Alguns membros consideraram ainda que o Tratado deverá enumerar os tipos ou áreas específicas de criminalidade passíveis de aproximação legislativa, ao passo que outros se mostraram cépticos quanto a esta sugestão.
- Desenhou-se uma vasta orientação favorável a que o princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria penal seja consagrado no Tratado; conforme referido por vários intervenientes, haverá que definir, como corolário desse princípio, regras comuns ou normas mínimas (aprovadas por VMQ) sobre certos aspectos processuais. Foi repetidamente mencionada, neste contexto, a definição de regras comuns em matéria de obtenção e admissibilidade das provas.
- Os oradores reconheceram, na sua maioria, a necessidade de se abandonar a regra da unanimidade na cooperação em matéria penal e preconizaram, com algumas variações de pormenor, o alargamento da votação por maioria qualificada e da co-decisão, tendencialmente considerado mais fácil na área da cooperação judiciária e do direito processual.
- Alguns sugeriram que se confira o direito de iniciativa a um grupo de Estados-Membros, além do que compete à Comissão, no domínio do actual Terceiro Pilar.

- Desenhou-se uma tendência geral favorável à aplicação das regras gerais sobre a competência do Tribunal de Justiça Europeu no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos. Um membro considerou todavia necessária uma exclusão limitada da competência do TJCE, conforme actualmente previsto no n.º 5 do artigo 35.º do TUE.
- Vários intervenientes defenderam um maior alargamento das competências da Europol, tendo alguns afirmado que tal poderá processar-se recorrendo a uma base jurídica mais curta e mais genérica, mas não aberta a todas as possibilidades.
- No entender de alguns oradores, deveria ser ponderada a perspectiva da instituição de um Ministério Público Europeu (que, segundo uma proposta, poderia ser organizado em moldes colegiais). Um membro manifestou, contudo, uma certa hesitação quanto a esta ideia.
- Foi apoiada a sugestão de reforçar a cooperação operacional no âmbito do Conselho, mas alguns oradores opuseram-se à ideia de um "Alto Representante" para a Justiça e os Assuntos Internos a nível político.
- A proposta segundo a qual os parlamentos nacionais poderiam continuar a ter um papel a desempenhar em matéria de direito penal mereceu também algum apoio. Neste contexto, um dos membros referiu a necessidade de ponderar eventuais salvaguardas para preservar esse papel.

O Presidente encerrou a reunião dando conta da sua intenção de preparar, com base no documento de trabalho e nos debates do Grupo, um primeiro projecto de relatório final do Grupo, a analisar na reunião de 22 de Novembro de 2002. Indicou também que a última reunião do Grupo terá lugar, em princípio, no dia 27 de Novembro de 2002, mas que poderá ser convocada mais uma reunião (para 28 de Novembro de 2002) se tal se afigurar necessário para a aprovação do relatório final.

**Lista dos membros do Grupo de Trabalho que estiveram presentes
na reunião de 8 de Novembro de 2002**

John BRUTON, Presidente, membro do Praesidium

de BRUIJN Thom

BURY Hans-Martin

CAREY Pat

DASTIS Alfonso

FLOCH Jacques

GRABOWSKA Genowefa

HAENEL Hubert

HEATHCOAT AMORY David

LEKBERG Sören

LOPÉZ GARRIDO Diego

MEYER Jürgen

NAGY Marie

PACIOTTI Elena

PELTOMAKI Antti

VAN LANCKER Anne

VASSILIOU Androula

VITORINO António
